



07/01/2025

Número: 0600257-43.2024.6.16.0078

Classe: RECURSO ELEITORAL

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral

Órgão julgador: Relatoria Des.(a) Eleitoral de Direito 1

Última distribuição : 20/09/2024

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Público, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais

Objeto do processo: Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600257-43.2024.6.16.0078, que indeferiu a petição inicial, nos termos do art. 330, §1º, III, do Código de Processo Civil, e julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inc. IV, do CPC. (Representação ajuizada por Cambé de um Jeito Novo, aliança política formada pelos partidos Novo/PMB/PRTB todos do município de Cambé em face de Coligação Vamos Juntos e Conrado Angelo Scheller, com fulcro no art. 37, § 1º, da Lei nº. 9.504/97, onde alegou em síntese que o Representando vem divulgando através do aplicativo WhatsApp, e da sua página no facebook propaganda eleitoral irregular, porquanto gravada mediante a utilização de bem público. Asseverou que o engenho publicitário foi filmado no interior da Unidade Básica de Saúde do Jardim Silvino, da Clínica Reabilita evidenciando o uso de bem público em favorecimento da candidatura do Representado. Alegou também o vídeo gravado através do uso do bem público conta com o seguinte conteúdo: "Em Cambé o progresso não parou. De cada canto da cidade vimos as marcas do um trabalho dedicado voltado a transformar o presente e preparar o futuro. Escolas que acolhem nossas crianças com segurança e qualidade. Unidade de saúde mais próximas e equipadas trazendo atendimento digno para todos. Ruas pavimentadas tornando a vida mais fácil para quem vive e trabalha em Cambé. Isso é apenas o começo de uma revolução por que passa Cambé. Prefeito Conrado Scheler o homem que fez e é o homem que vai continuar a fazer. Cambé precisa seguir em frente. Deixem o homem trabalhar, Conrado Scheler 55." Por fim, alegou que em detrimento dos demais candidatos que não podem entrar no bem público, sua candidatura se beneficia através do uso de bem público). JUIZO 100% DIGITAL ADESÃO 13/09/2024 E TERMINO XX/XX/XXXX). RE3,R23

Segredo de Justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
CAMBÉ DE UM JEITO NOVO[NOVO / PMB / PRTB] - CAMBÉ - PR (RECORRENTE)	
	VINICIUS DA SILVA BORBA (ADVOGADO) ALISON CAMARGO SILVESTRE (ADVOGADO) CARLOS FREDERICO VIANA REIS (ADVOGADO)
VAMOS JUNTOS [PSD/AVANTE/MDB/PL/PRD/PSB/REPUBLICANOS/UNIÃO/P ODE] - CAMBÉ - PR (RECORRIDO)	

	JULIA MOTTA FERNANDES (ADVOGADO) GABRIELA CAMILLO ALMEIDA (ADVOGADO) JOAO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
CONRADO ANGELO SCHELLER (RECORRIDO)	
ELEICAO 2024 CONRADO ANGELO SCHELLER PREFEITO (RECORRIDO)	

Outros participantes			
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44325932	19/12/2024 18:40	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 66.053

**RECURSO ELEITORAL NA REPRESENTAÇÃO 0600257-43.2024.6.16.0078 – Cambé – PARANÁ**

**Relator:** DES. ELEITORAL ANDERSON RICARDO FOGAÇA

**RECORRENTE:** CAMBÉ DE UM JEITO NOVO[NOVO / PMB / PRTB] - CAMBÉ - PR

**ADVOGADO:** VINICIUS DA SILVA BORBA - OAB/PR31296-A

**ADVOGADO:** ALISON CAMARGO SILVESTRE - OAB/PR73509

**ADVOGADO:** CARLOS FREDERICO VIANA REIS - OAB/PR22975-A

**RECORRIDO:** ELEICAO 2024 CONRADO ANGELO SCHELLER PREFEITO

**RECORRIDO:** CONRADO ANGELO SCHELLER

**RECORRIDO:** VAMOS

**JUNTOS**

**[PSD/AVANTE/MDB/PL/PRD/PSB/REPUBLICANOS/UNIÃO/PODE] - CAMBÉ - PR**

**ADVOGADO:** JULIA MOTTA FERNANDES - OAB/PR120794

**ADVOGADO:** GABRIELA CAMILLO ALMEIDA - OAB/PR64933

**ADVOGADO:** JOAO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA - OAB/PR38740

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral

**ELEIÇÕES 2024. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL. PRELIMINARES REJEITADAS. DIVULGAÇÃO DE VÍDEO FILMADO EM BEM PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE ATOS DE PROPAGANDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

**I. CASO EM EXAME**

**1.1** Trata-se de recurso eleitoral interposto pela Coligação “Cambé de um Jeito Novo” contra sentença do Juízo da 78ª Zona Eleitoral de Cambé, que extinguiu o processo sem resolução do mérito, em razão da inadequação do rito eleito.

**1.2** Em suas razões recursais, a recorrente alegou que o candidato reeleito ao cargo de prefeito do município de Cambé realizou propaganda eleitoral irregular, eis que divulgou vídeo, por meio de WhatsApp e Facebook, com filmagens gravadas em bens públicos, o que configura violação ao art. 37 da Lei das Eleições.



**1.3** Em contrarrazões, o Ministério Público Eleitoral suscitou a ausência de dialeticidade, pugnando pelo não conhecimento do recurso, além da ausência de interesse processual, diante da inadequação do rito eleito. A Coligação "Vamos Juntos" requereu o conhecimento e o desprovemento do recurso.

**1.4** A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e provimento do recurso, reconhecendo a existência de propaganda eleitoral irregular.

## **II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO**

**2.1** Há três questões em discussão: i) saber se as razões recursais atendem ao princípio da dialeticidade; ii) saber se o rito eleito pela representante é adequado; iii) saber se a veiculação do vídeo caracteriza propaganda eleitoral irregular.

## **III. RAZÕES DE DECIDIR**

**3.1** A preliminar de ausência de dialeticidade recursal deve ser rejeitada, pois as razões recursais apresentaram argumentos suficientes para impugnar a sentença de extinção do processo.

**3.2** A sentença de extinção sem resolução de mérito deve ser cassada, pois o rito simplificado das representações por propaganda irregular é compatível com o objeto da demanda, conforme o art. 37 e o art. 96 da Lei nº 9.504/97, devendo, pelo mesmo motivo, ser afastada a preliminar de ausência de interesse processual.

**3.3** Inobstante o Juízo de primeiro grau tenha extinguido o feito sem resolução de mérito, não se faz necessário o retorno dos autos à origem, porque, em grau recursal, foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa, permitindo o pleno debate acerca da matéria de fundo. Logo, considerando o disposto no artigo 1.013, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil, aplica-se o princípio da causa madura, autorizando o julgamento do mérito desde logo.

**3.4** No mérito, restou demonstrado que a gravação de vídeo em bens públicos não configurou propaganda eleitoral irregular, considerando i) a ausência de atos concretos de propaganda eleitoral nos bens públicos; ii) a inexistência de interrupção de serviços públicos ou de acesso restrito; iii) o simples uso de imagens de bens públicos, sem desvio funcional ou tratamento privilegiado.

**3.5** Há que se reconhecer, assim, a regularidade da propaganda impugnada.

## **IV. DISPOSITIVO E TESE**

**4.1** Recurso **CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO**, para cassar a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito e, no mérito, julgar improcedente a representação eleitoral.



**Tese de julgamento:** "A mera utilização de imagens de bem público em propaganda eleitoral, sem acesso restrito ou desvio funcional do espaço, não configura infração ao art. 37 da Lei nº 9.504/97."

## DECISÃO

À unanimidade de votos a Corte conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 19/12/2024

RELATOR(A) DES. ELEITORAL ANDERSON RICARDO FOGAÇA

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto pela Coligação "Cambé de um Jeito Novo" contra sentença proferida pelo juízo da 78ª Zona Eleitoral de Cambé que indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo **sem resolução do mérito**.

Em suas razões recursais, a recorrente alegou, em síntese, que o candidato reeleito ao cargo de prefeito no município de Cambé, Conrado Ângelo Scheller, realizou propaganda eleitoral irregular gravada em bem público, tendo em vista que divulgou, no aplicativo *Whatsapp* e em seu perfil no *Facebook*, filmagem em Unidade Básica de Saúde do Jardim Silvino, da Clínica Reabilita. Requereu, então, o conhecimento e, no mérito, o provimento do recurso, para o fim de proibir o recorrido de veicular a propaganda impugnada, bem como para aplicar a sanção correspondente (ID 44010225).

Em sede de contrarrazões, o Ministério Público Eleitoral alegou, preliminarmente, ausência de dialeticidade e, também, ausência de interesse de processual. Pleiteia o não conhecimento do recurso e, subsidiariamente, que seja negado provimento (ID 44010284).

Intimada, a Coligação "Vamos Juntos" apresentou contrarrazões (documento ID 125552231 dos autos de Carta de Ordem nº 0600506-91.2024.6.16.0078), sustentando que houve apenas propaganda com uso de imagens de bens públicos em ambientes de acesso livre à toda população, não havendo captação de imagens em ambientes restritos.

A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo conhecimento e provimento do recurso por entender comprovada a prática de propaganda eleitoral irregular consubstanciada na utilização de gravações realizadas em bens públicos para destacar ações governamentais, o que configuraria privilégio que compromete a equidade entre candidatos (ID 44161643).



É o relatório.

## VOTO

### a) Da preliminar de ausência de dialeticidade recursal

O Ministério Público Eleitoral alegou, preliminarmente, a ausência de dialeticidade recursal sob o fundamento de que a recorrente não impugnou de forma específica os fundamentos deduzidos pelo juízo *a quo* que embasaram a sentença de extinção sem resolução do mérito.

O princípio da dialeticidade recursal, consagrado no ordenamento jurídico pátrio, exige que o recorrente, ao interpor recurso, demonstre, de forma clara e precisa, as razões que justificam a reforma ou anulação da decisão recorrida. Essa exigência está vinculada ao art. 1.010, inciso II, do Código de Processo Civil, aplicável de forma subsidiária ao processo eleitoral, que impõe ao recorrente o ônus de apresentar "os fundamentos de fato e de direito" que embasam o pedido de reforma.

O Tribunal Superior Eleitoral, em harmonia com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, enfatiza que a ausência de dialeticidade recursal ocorre quando o recurso apresenta razões dissociadas da decisão impugnada ou formula argumentação genérica e insuficiente para desconstituir os fundamentos da sentença ou acórdão atacado (TSE, AgR-AI nº 0600241-85.2022, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 15/11/2022). Em outras palavras, a mera insatisfação com a decisão ou a reprodução de alegações feitas anteriormente não supre o requisito da dialeticidade.

No caso dos autos, observa-se que a recorrente apresentou argumentos específicos e detalhados para rebater os fundamentos utilizados pelo juízo de origem. Nas razões recursais, questionou, de forma clara e fundamentada, a conclusão do juízo *a quo*, ao apontar possíveis erros na análise das provas e na interpretação dos fatos relacionados à suposta propaganda eleitoral irregular. O recurso não se limita a repetir alegações genéricas ou dissociadas da controvérsia debatida na sentença, cumprindo, assim, a exigência de motivação própria e dialética.

Dessa forma, a tese de ausência de dialeticidade recursal não merece acolhimento, uma vez que o recurso atende ao requisito previsto no art. 1.010, inciso II, do CPC, e não configura mera insurgência desprovida de fundamentação.

Assim, por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido.

### b) Da adequação do rito eleito pela coligação representante

A sentença proferida pelo Juízo *a quo* indeferiu a petição inicial e extinguiu o processo sem resolução do mérito, sob o fundamento de que a causa de pedir dos presentes autos



corresponderia a uma conduta vedada, a qual deveria seguir o rito previsto no artigo 22 da Lei Complementar n. 64/90, sendo, portanto, incompatível com o rito simplificado aplicável às representações de propaganda eleitoral irregular.

Contudo, ao analisar os fatos narrados na petição inicial, verifica-se que a controvérsia trazida aos autos refere-se, na verdade, à apuração de suposta propaganda eleitoral irregular, consistente na divulgação, por meio de *WhatsApp* e *Facebook*, de vídeos gravados em bens públicos. Tal conduta, nos termos do artigo 37 da Lei n. 9.504/97, pode configurar a utilização indevida de bens públicos para fins de propaganda, sendo matéria expressamente regulada pelo regime jurídico das representações por propaganda irregular, nos termos do artigo 96 da mesma lei e da Resolução TSE n. 23.610/2019.

Não há, portanto, incompatibilidade entre o objeto da demanda e o procedimento adotado pelo representante, razão pela qual a sentença deve ser cassada, e, pelos mesmos motivos, ser afastada a preliminar de ausência de interesse processual suscitada pelo Ministério Público Eleitoral.

Inobstante o Juízo de primeiro grau tenha extinguido o feito sem resolução de mérito, entendo que não se faz necessário o retorno dos autos à origem, porque, em grau recursal, foram oportunizados o contraditório e a ampla defesa, permitindo o pleno debate acerca da matéria de fundo.

Logo, considerando o disposto no artigo 1.013, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil, aplica-se o princípio da causa madura, autorizando o julgamento do mérito desde logo.

Diante do exposto, deve ser cassada a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito, afastada a preliminar de ausência de interesse processual e, com base na regra da causa madura, proceder ao imediato julgamento do mérito por esta Corte.

### **c) Da análise da propaganda impugnada**

O art. 37, *caput* e §4º, da Lei nº 9.504/97 veda a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, em bens públicos ou particulares, *in verbis*:

**Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.**

[...]

**§ 4º Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.**

O art. 98 do Código Civil traz o conceito de bens públicos:



*Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*

*Art. 99. São bens públicos:*

*I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

*II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*

*III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

Como se pode notar, para fins eleitorais, entendem-se como bens públicos de uso comum os assim definidos pelo Código Civil e também aqueles aos quais a população em geral tem acesso, como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

Sobre o tema, José Jairo Gomes[1] afirma que:

*“[...] conquanto a propriedade goze do status de direito fundamental (CF, art. 5º, XXII), o uso de tais bens é restringido em função das eleições, já que o abuso poderia comprometer o equilíbrio que deve permear o jogo eleitoral. Imagine-se que proprietário de ginásio desportivo apoie determinado candidato e afixe faixas e cartazes em suas dependências. Bastaria que no período eleitoral fossem realizados vários eventos - que poderiam até mesmo ser transmitidos pela televisão - para que o candidato beneficiado tivesse sua candidatura “alavancada”.*

A controvérsia objeto dos presentes autos reside na análise da alegação de propaganda eleitoral irregular supostamente praticada pelo candidato reeleito ao cargo de prefeito no município de Cambé.

A irregularidade apontada baseia-se na divulgação, por meio do aplicativo WhatsApp e da rede social Facebook, de um vídeo gravado supostamente no interior de um bem público, com o intuito de destacar ações e obras realizadas durante a sua gestão.

Veja-se transcrição do vídeo impugnado apresentado na petição inicial (ID 44010201):

*Em Cambé o progresso não parou. De cada canto da cidade vimos as marcas de um trabalho dedicado, voltado a transformar o presente e preparar o futuro. Escolas que acolhem nossas crianças com segurança e qualidade. Unidade de saúde mais próximas e equipadas trazendo atendimento digno para todos. Ruas pavimentadas tornando a vida mais fácil para quem vive e trabalha em Cambé. Isso é apenas o começo de uma revolução por que passa CAMBÉ. Prefeito Conrado Scheler o homem que fez e é o homem que vai continuar a fazer. Cambé precisa seguir em frente. Deixem o homem trabalhar. Conrado Scheler 55.*

Observem-se, também, os prints do vídeo, apresentados na inicial (ID 44010203, 44010204, 44010205 e 44010206):





Conforme se depreende dos autos, o vídeo impugnado pelo recorrente consiste em uma divulgação das ações governamentais realizadas durante o mandato do recorrido e apresenta, de forma rápida, as seguintes imagens: obras, pátio de escola, cadeira de dentista, piscina, estrada asfaltada, prateleira com medicamentos, ambientes de um hospital, dentre outras.

Para ilustrar essas realizações, o vídeo apresenta filmagens internas e externas de unidade de saúde, em que o então candidato aparece interagindo com as pessoas que lá estão, sem que houvesse, no entanto, a prática de atos típicos de propaganda eleitoral nos ambientes filmados.

Conforme dispõe o artigo 37 da Lei n. 9.504/97, é vedada a realização de propaganda eleitoral em bens públicos, sendo necessário que a conduta configure uso do bem como meio direto de veiculação de mensagem eleitoral. Nesse sentido, a proibição legal abrange a utilização desses espaços como suporte físico para propaganda, mas não inclui a simples filmagem sem conteúdo de campanha ostensivo ou invasivo.

A partir da análise do vídeo impugnado, denota-se que o então candidato realizou filmagens em diversos bens públicos para demonstrar os benefícios em prol da sociedade alcançados por meio de sua gestão. Não houve, contudo, comprovação de que foram realizados atos de propaganda eleitoral nos ambientes filmados pelo recorrido, a exemplo de distribuição de santinhos ou pedidos de votos, mas tão somente a filmagem dos espaços públicos.

A ausência de atos concretos de pedido de voto ou de elementos que configurem uso indevido de bens públicos afasta a irregularidade alegada.

Importante ressaltar que a filmagem realizada no interior da Unidade de Saúde também não configura propaganda eleitoral irregular, porque não há nos autos demonstração de que o espaço em questão tivesse acesso restrito ou reservado à equipe do recorrido, tampouco de que serviços públicos regulares ou atividades destinadas à coletividade tenham sido interrompidos em razão da filmagem.

A esse respeito, depreende-se que uma das imagens aparenta ser uma fila de espera de atendimento, enquanto as demais foram visivelmente captadas em locais amplos, a sugerir que se tratam de espaços de livre circulação. Por esse motivo, não é possível se afirmar, sem qualquer demonstração mais contundente, que se trata de locais de acesso restrito, de forma a concluir que o candidato se valeu de sua posição de forma irregular, em situação de vantagem em relação aos demais candidatos.

Pelo contrário, a análise do vídeo sugere que os ambientes possuem acesso livre à população, o que afasta a hipótese de uso privativo ou exclusivo para fins eleitorais.

Neste sentido, também é o entendimento de outros Tribunais Regionais Eleitorais:



*DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. UTILIZAÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA PARA DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO ELEITORAL EM REDE SOCIAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 37 DA LEI Nº 9.504/97. IMPROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. RECURSO PROVIDO.*

## *I. CASO EM EXAME*

*Recurso Eleitoral interposto por Geraldo Cícero da Silva contra sentença da 45ª Zona Eleitoral de Igaci-AL, que julgou procedente a representação eleitoral promovida por Sebastião Antônio da Silva e aplicou multa de R\$ 8.000,00 ao representado com base no art. 37, §1º, da Lei nº 9.504/97.*

*A sentença fundamentou a penalidade na utilização de bem público, uma escola, para gravação e divulgação de propaganda eleitoral em rede social.*

*O recorrente sustenta que o uso do local não configura infração, pois trata-se de um espaço de acesso comum, sem privilégio ou interrupção de serviços, e que a presença de alunos nas imagens não constitui interferência indevida. Pede, alternativamente, a redução da multa ao mínimo legal.*

*O recorrido, em contrarrazões, requer a manutenção da sentença.*

*A Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo provimento do recurso para afastar a condenação imposta.*

## *II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO*

*A questão em discussão consiste em verificar se a gravação de propaganda eleitoral em espaço público de uso comum, como escola, configura propaganda irregular nos termos do art. 37 da Lei nº 9.504/97.*

## *III. RAZÕES DE DECIDIR*

*O art. 37, §1º, da Lei nº 9.504/97, regulamentado pelo art. 19 da Resolução TSE nº 23.610/2019, veda a veiculação de propaganda em bens públicos ou de uso comum sem cessão ou permissão específica. Tal restrição visa coibir o uso de bens públicos para apoio direto à propaganda eleitoral.*

*Conforme jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a proibição legal abrange a utilização desses espaços como suporte físico para propaganda, mas não inclui a simples filmagem sem conteúdo de campanha ostensivo ou invasivo, conforme REspEI 0602606-95/2022 e outros julgados similares.*

*No presente caso, a propaganda divulgada em rede social pelo recorrente mostra imagens da escola sem caracterização de uso abusivo do bem público ou interrupção de serviços, elementos essenciais para configurar a irregularidade.*

*Assim, a situação não se amolda à infração descrita no art. 37, §1º, da Lei nº 9.504/97, motivo pelo qual se afasta a multa aplicada pelo juízo de origem.*

## *IV. DISPOSITIVO E TESE*

*Recurso provido para reformar a sentença e julgar improcedente a representação, afastando a multa imposta ao recorrente.*



**Tese de julgamento: A mera utilização de imagens de bem público em propaganda eleitoral, sem uso invasivo ou desvio funcional do espaço, não configura infração ao art. 37 da Lei nº 9.504/97.**

*Dispositivos relevantes citados:*

*Lei nº 9.504/1997, art. 37, §1º.*

*Resolução TSE nº 23.610/2019, art. 19.*

*Jurisprudência relevante citada:*

*TSE - REspEI: 0602606-95.2022.6.10.0000, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 07/08/2023.*

*TSE, AgR-AI n. 42779, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 14/12/2017.*

*Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas em conhecer e DAR PROVIMENTO ao Recurso, nos termos do voto do Relator.*

*BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Recurso Eleitoral 060033274/AL, Relator(a) Des. Alcides Gusmao Da Silva, Acórdão de 19/11/2024, Publicado no(a) DJE 231, data 22/11/2024*

**DIREITO ELEITORAL. RECURSO ELEITORAL. PROPAGANDA IRREGULAR. INDEFERIMENTO. ELEIÇÕES 2024.I. CASO EM EXAME**

*1. Recurso eleitoral contra decisão que julgou procedente a representação por propaganda irregular e condenou o recorrente ao pagamento de multa, no valor de R\$5.000,00*

## **II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO**

*2. A questão em discussão consiste em analisar irregularidade do uso de bem público em vídeo de propaganda eleitoral*

## **III. RAZÕES DE DECIDIR**

*3. Partes da gravação da propaganda eleitoral foram realizadas, na Fundação Helena Antipoff, em local de acesso restrito com a suspensão das atividades realizadas pelos servidores e colaboradores para a captura do vídeo. Além disso, o candidato interage com diversas pessoas, resultando em encenação realizada no local da gravação. Quebra da isonomia entre os candidatos.*

*4. A multa eleitoral deve, uma vez inexistentes quaisquer elementos que tornem sua majoração necessária, ser fixada no mínimo legal, no valor de R\$2.000,00.*

## **IV. DISPOSITIVO E TESE**

*5. Recurso a que se dá parcial provimento, para reduzir a multa ao mínimo legal, no valor de R\$2.000,00.*



*Tese de julgamento: "O uso de bem público ou de uso comum em filmagem de vídeo de campanha eleitoral é irregular quando o local não seja de livre acesso, franqueado aos demais candidatos, com encenação ou interrupção dos serviços." Dispositivos relevantes citados: Lei 9.504/97, art. 37; Resolução 23.610/2019, art. 19 Jurisprudência relevante citada: Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060038255, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 27/06/2022.*

*BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Recurso Eleitoral 060052533/MG, Relator(a) Des. Miguel Angelo De Alvarenga Lopes, Acórdão de 13/11/2024, Publicado no(a) Publicado em Sessão 1437, data 13/11/2024*

Desse modo, a mera utilização de imagens de bem público em propaganda eleitoral, sem uso invasivo ou desvio funcional do espaço, não configura infração ao art. 37 da Lei nº 9.504/97.

## DISPOSITIVO

Diante do exposto, voto pelo **CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO** do recurso interposto pela Coligação "Cambé de um Jeito Novo", para cassar a sentença que julgou o presente feito extinto, sem resolução de mérito, mas julgar improcedente a representação eleitoral.

**DES. ELEITORAL ANDERSON RICARDO FOGAÇA**

**Relator**

[1] Direito Eleitoral. 14ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. p. 549

## EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL NA REPRESENTAÇÃO (11548) Nº 0600257-43.2024.6.16.0078 - Cambé - PARANÁ - RELATOR: DES. ELEITORAL ANDERSON RICARDO FOGAÇA - RECORRENTE: CAMBÉ DE UM JEITO NOVO[NOVO / PMB / PRTB] - CAMBÉ - PR - Advogados do RECORRENTE: VINICIUS DA SILVA BORBA - PR31296-A, ALISON CAMARGO SILVESTRE - PR73509, CARLOS FREDERICO VIANA REIS - PR22975-A

- RECORRIDO: VAMOS JUNTOS [PSD/AVANTE/MDB/PL/PRD/PSB/REPUBLICANOS/UNIÃO/PODE] - CAMBÉ - PR - Advogados do RECORRIDO: JULIA MOTTA FERNANDES - PR120794, GABRIELA CAMILLO ALMEIDA - PR64933, JOAO EUGENIO FERNANDES DE OLIVEIRA - PR38740 - RECORRIDO: ELEICAO 2024 CONRADO ANGELO SCHELLER PREFEITO, CONRADO ANGELO SCHELLER.



**DECISÃO**

À unanimidade de votos a Corte conheceu do recurso e, no mérito, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Presidência do excelentíssimo senhor desembargador Sigurd Roberto Bengtsson. Participaram do julgamento os eminentes julgadores: desembargador Luiz Osorio Moraes Panza, desembargadora federal Claudia Cristina Cristofani e os desembargadores eleitorais Julio Jacob Junior, Anderson Ricardo Fogaça, Guilherme Frederico Hernandez Denz e Jose Rodrigo Sade. Presente o procurador regional eleitoral, Marcelo Godoy.

SESSÃO DE 19.12.2024

